

Polícia Militar se recusa a fazer desocupação de imóvel invadido

NO BAIRRO CERÂMICA



IMPASSE. Polícia Militar alegou necessidade de planejamento para realizar a ação

PM ignora prazo da Justiça e deixa grupo invasor em prédio particular

Prazo para o Movimento Olga Benário desocupar o imóvel voluntariamente acabou na última sexta-feira. A Polícia Militar disse não ter sido oficiada sobre a desocupação, que, segundo a Justiça, deverá então ser feita em 24 horas. *Política 3*

Polícia Militar se recusa a fazer desocupação de imóvel invadido

Justiça determina 24 horas para comando destacar equipe para cumprir ordem judicial em São Caetano, mas PM agenda ação para amanhã

WILSON GUARDIA
wilsonguardia@abc.com.br

Após a Polícia Militar se recusar a realizar a desocupação de imóvel particular na Rua José Benedetti, área nobre de São Caetano, na manhã de ontem, o juiz José Francisco Matos, da 4ª Vara Civil, determinou ao comandante do batalhão prazo de 24 horas "para disponibilizar reforço policial para cumprimento da ordem judicial". A decisão foi anunciada durante a tarde. PM diz que agirá só amanhã.

O prédio de três andares, invadido em novembro passado, poderia ter sido desocupado voluntariamente pelos integrantes do Movimento Olga Benário até a última sexta-feira (14). Com o prazo vencido, a oficial de Justiça, Cassilda Cunha, notificou o grupo na manhã de ontem e acionou a Polícia Militar, por meio do telefone de emergência 190.

Uma viatura foi direcionada ao local. Uma sargento, acompanhada por uma cabo, afirmou que estava orientada a não realizar a desocupação.



APOIO. Aparato da GCM foi mobilizado para auxiliar a PM na desocupação em área nobre de São Caetano

A declaração gerou bate-boca entre advogados, o vereador Getúlio de Carvalho Filho, o jornalista que acompanhavam a movimentação, que começou por volta das 8h e seguiu por toda a manhã.

Diante da decisão da Polícia Militar, que deixou o local em seguida, os guardas-civis se desmobilizaram. Por volta das 11h30 as invasoras com-

eram aproximadamente 50 pessoas, protestou. Houve insucessos à exporação e aos jornalistas que acompanhavam a movimentação, que começou por volta das 8h e seguiu por toda a manhã.

Diante da decisão da Polícia Militar, que deixou o local em seguida, os guardas-civis se desmobilizaram. Por volta das 11h30 as invasoras com-

moraram o fim da movimentação, o que foi considerado uma "vitória".

Odair Filomeno, um dos advogados de Manuel José Afonso, proprietário do imóvel, afirmou que as PMs desrespeitaram o Judiciário. "Houve descumprimento da ordem judicial. Ao invés de obedecê-la, as policiais militares disseram que só se ren-

deriam às ordens de seu comandante."

Mateus Magarotto, outro advogado que atua na ação, foi mais incisivo com relação à atitude da cabo e da sargento. "No entendimento da defesa houve prevaricação", declarou, referindo-se a quando se deixa de praticar ato obrigatório no exercício da função.

O tenente-coronel Fernando Carvalho Ricardo, comandante do 6º BPM (Batalhão de Polícia Militar), no entanto, rejeitou a acusação. Ao *Diário*, disse que não foi oficiado sobre a desocupação. "Tomei conhecimento apenas na manhã de hoje (ontem), após ligação da oficial de Justiça para o 190. Pela quantidade de pessoas no imóvel se torna necessário elaborar um estudo de planejamento para ter uma operação com o máximo cuidado a fim de evitar danos colaterais", justificou.

A vereadora Bruna Biondi (Pso), apoiadora do grupo invasor e que acompanhou toda a movimentação na manhã de ontem, declarou ser "necessário diálogo com a Prefeitura". "Como vereador-

ria faço a articulação para que isso ocorra". A parlamentar assegurou que a desocupação, caso ocorresse, seria irregular. "Não estavam presentes a Defesa Civil, a Defesa Pública e Assistência Social para garantir o direito dos ocupantes."

Isabela Leal, uma das líderes da Casa Alceir Gomes, nome dado à invasão, condicionou à desocupação a uma rodada de diálogo com o prefeito Tito Campanella (PL). "Queremos apresentar nossas demandas, temos nossos advogados e documentos, mas não nos deixam entrar na Prefeitura", reclamou.

Entre as pautas, o grupo quer uma Delegacia de Defesa da Mulher 24 horas, o retorno de São Caetano para o Consórcio Intermunicipal e políticas de responsabilização e conscientização de combate à violência de melhores.

Procurada, a prefeitura de São Caetano não se manifestou até o fechamento desta edição.

Seção: Política **Página:** capa + página 3